

**HABEAS CORPUS Nº 547.659 - MG (2019/0352367-3)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE : WILSON DA SILVA PEREIRA**  
**ADVOGADO : WILSON DA SILVA PEREIRA - MG168015**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**PACIENTE : CARLOS JUNIO ALVES (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de CARLOS JUNIO ALVES, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que deu provimento ao recurso em sentido estrito interposto pelo Ministério Público estadual na origem, decretando-se a prisão preventiva do paciente, conforme a seguinte ementa (fl. 123):

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO – TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES – CORRUPÇÃO ATIVA – LIBERDADE PROVISÓRIA CONCEDIDA – INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA E MATERIALIDADE – GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA – GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA – ELEVADA QUANTIDADE DE ENTORPECENTE – PERICULOSIDADE DO AGENTE – REITERAÇÃO DELITIVA – DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA – NECESSIDADE – PRESENÇA DOS REQUISITOS PREVISTOS NOS ART. 312 E SEQUENTES DO CPP – CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS – IRRELEVÂNCIA – RECURSO PROVIDO.

- Demonstrada a existência de indícios de autoria e materialidade delitiva, e estando evidenciada a periculosidade do recorrido, especialmente diante da quantidade de droga apreendida e de sua reiteração delitiva, imperiosa a manutenção de sua prisão processual para a garantia da ordem pública e consequente acautelamento do meio social, nos termos do art. 312 do CPP.

- A existência de condições pessoais favoráveis não significa a concessão da liberdade provisória, quando presentes, no caso concreto, outras circunstâncias autorizadoras da segregação cautelar.

O paciente foi denunciado pela prática dos crimes tipificados nos arts. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, e 333 do Código Penal.

O impetrante requer a revogação da prisão preventiva, argumentando a ausência dos requisitos autorizadores dessa segregação cautelar, bem como a ausência de razoabilidade do decreto prisional.

Sustenta ainda que houve nulidade no tocante à intimação do paciente para apresentar novo patrono, pois este teria sido representado pela Defensoria Pública estadual no julgamento do recurso ministerial, não sendo previamente intimado

para constituir advogado.

Na origem, processo n. 0119504-85.2019.8.13.0231, foram recebidos os autos do Ministério Público estadual em 25/11/2019, conforme informações processuais eletrônicas disponíveis no *site* do Tribunal *a quo* em 26/11/2019.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente constrangimento ilegal.

No tocante à nulidade suscitada na impetração, deve-se observar que esta não é a situação presente, onde a pretensão trazida, de reconhecimento de nulidade, é de caráter eminentemente satisfativa, melhor cabendo seu exame no julgamento de mérito pelo colegiado, juiz natural da causa, assim inclusive garantindo-se a necessária segurança jurídica.

Posto isso, não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos exigidos pelo art. 312 do CPP.

A decisão de prisão assim dispôs (fl. 126/134):

Conheço do recurso, pois presentes seus pressupostos de admissibilidade.

Inicialmente, urge consignar que, em nosso sistema penal e constitucional, à luz do Estado Democrático de Direito, a liberdade é a regra, excepcionável tão-somente por decisão fundamentada que analise concretamente a necessidade da prisão cautelar. Conclui-se, *a contrario sensu*, que não há prisão automática e tampouco *ex lege*, sendo imprescindível que a decisão discorra acerca da necessidade ou não da decretação da segregação cautelar.

Isso porque, com o advento da Lei n. 12.403/2011, a prisão preventiva passou a ser concebida como medida de *ultima ratio*, devendo ser decretada quando presentes os seus pressupostos e requisitos autorizadores e, ao mesmo tempo, se outras medidas cautelares não se revelarem proporcionais e adequadas para o cumprimento de sua finalidade.

Depreende-se do art. 312 do CPP que, presentes a prova da materialidade do crime e indícios de autoria (*fumus comissi delicti*), a prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal (*periculum libertatis*).

Do exame dos autos, chego à conclusão de que razão assiste ao órgão ministerial, tendo em vista que se verifica no caso que estão presentes, de fato, os requisitos necessários para a decretação da prisão preventiva.

Compulsando os autos, verifico que há prova da materialidade delitiva e indícios de autoria, conforme se extrai do APFD de fls. 03/05-TJ, que narra a dinâmica

dos fatos, e do exame toxicológico preliminar de fl. 09-TJ. Assim, consubstanciado o *fumus comissi delicti*.

Destarte, noto que estão presentes os pressupostos da prisão preventiva, pois o delito de tráfico de drogas antevê pena privativa de liberdade máxima cominada em 15 (quinze) anos, enquadrando-se na exigência legal do art. 313, I do CPP, que admite a prisão preventiva para os crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos.

Do mesmo modo, noto que está presente o *periculum libertatis*, sendo a prisão preventiva necessária para a garantia da ordem pública. De fato, é cediço que devemos conferir um significado concreto a tal requisito, distante de ilações ou presunções de gravidade abstrata de qualquer infração penal. Acerca desse tema, o doutrinador Guilherme de Souza Nucci preleciona:

[...]

**Assim, da detida análise dos autos, noto que foi apreendida elevada quantidade de entorpecentes, a saber, 342,60g (trezentos e quarenta e dois gramas e sessenta centígramas) de maconha, acondicionadas em 96 (noventa e seis) buchas prontas para a venda. Não obstante, o recorrido teria oferecido vantagem indevida aos agentes públicos, na tentativa de evitar sua prisão.**

**Ademais, observo da FAC acostada aos autos (fls. 10/12-TJ) que o acusado já foi beneficiado com a liberdade provisória anteriormente, após ter sido preso em 11/03/2017 pela suposta prática do delito de receptação.**

Assim, é evidente que as circunstâncias denotam a periculosidade acentuada do recorrido e a gravidade concreta de sua conduta, de forma que sua manutenção em liberdade configura risco manifesto para a ordem pública.

Ora, não podemos fechar os olhos para uma situação tão grave como a que trazida no caso em apreço. Fato é que a manutenção do acusado em liberdade poderá ser extremamente prejudicial para toda sociedade, pois o crime de tráfico realiza a difusão da droga no meio social, o que agride fortemente a saúde pública.

Sendo assim, dada a devida vênua ao nobre Juiz de piso, noto que a prisão preventiva do imputado encontra amparo legal nos requisitos fáticos e instrumentais, mesmo porque, acaso ele seja mantido em liberdade, poderá encontrar novos estímulos para praticar crimes.

Diante dessas circunstâncias, é notório que o recorrido, apesar de ter tido a chance de reavaliar sua conduta, já deu mostras de desprezo pela pretensão punitiva estatal, optando, supostamente, pela continuidade das práticas delitivas, algo que põe em risco a ordem pública. Trata-se de circunstância extraída dos fatos concretos, não de mera presunção.

Nesse sentido é a lição de Nestor Távora e Rosmar Rodrigues Alencar:

[...]

Pelo exposto, vejo que, no caso em apreço, o imputado não pode ser mantido em liberdade provisória, pois é razoável inferir que a substituição da prisão preventiva por outras medidas cautelares não se revela concretamente suficiente

para o acautelamento do meio social.

Logo, ainda que a prisão preventiva seja uma medida acautelatória a ser utilizada como última hipótese, certo é que em casos excepcionais, como o dos autos, a ordem pública deve prevalecer sobre a liberdade individual.

Para corroborar tal entendimento, trago à baila precedente deste TJMG:

[...]

Por essas razões, atento ao binômio necessidade/adequabilidade, estando presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva, aliados ao pressuposto contido no art. 313, inciso I do CPP, deve ser decretada a segregação cautelar do recorrido.

Por outro lado, cumpre lembrar que já se tornou pacífico na doutrina e na jurisprudência que a existência de eventuais condições pessoais favoráveis, por si só, não obsta a prisão processual ou vincula a concessão de liberdade provisória, uma vez que, como argumentado anteriormente, estão presentes no caso concreto outras circunstâncias autorizadas da referida custódia.

Nesse contexto, cito jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, vejamos:

[...]

Noutro giro, incumbe ressaltar que os princípios constitucionais devem ser aplicados, mas não impedem a segregação cautelar pela necessidade de se resguardar a ordem pública, a instrução processual ou a aplicação da lei penal.

Dessa forma, não há que se falar em violação ao princípio da presunção da inocência, uma vez que a prisão processual não tem a finalidade de antecipar o mérito, mas tão somente a custódia provisória, quando presentes os pressupostos previstos no art. 312 e seguintes do diploma processual penal.

O colendo Supremo Tribunal Federal já consolidou tal entendimento:

[...]

Portanto, presentes o *fumus commissi delicti* e o *periculum libertatis*, e havendo necessidade de se garantir a ordem pública, resta evidenciada a necessidade concreta de decretação da custódia cautelar.

Diante do exposto, DOU PROVIMENTO ao recurso, para reformar a decisão recorrida e DECRETAR a prisão preventiva de CARLOS JUNIO ALVES.

Como se vê, consta da decisão de prisão fundamentação concreta, evidenciada na reiteração delitiva do paciente, tendo sido, inclusive, beneficiado com a liberdade provisória, e na expressiva quantidade de droga apreendida, qual seja, 342,60 gramas de maconha, o que, neste juízo liminar, constitui base empírica idônea para determinar a custódia.

Destacou-se ainda que *o recorrido teria oferecido vantagem indevida aos agentes públicos, na tentativa de evitar sua prisão.*

Pacífico é o entendimento nesta Corte Superior de que, embora não sirvam fundamentos genéricos (do dano social gerado por tráfico, crime hediondo, ou da necessidade de resposta judicial) para a prisão, podem a periculosidade e riscos sociais justificar a custódia cautelar no caso de tráfico, assim se

compreendendo a especialmente gravosa natureza ou quantidade da droga. Nesse sentido: HC n. 291125/BA – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 3/6/2014; AgRg no RHC n. 45009/MS – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – DJe 27/5/2014; HC n. 287055/SP – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Moura Ribeiro – DJe 23/5/2014; RHC n. 42935/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 28/5/2014.

Esta Corte também tem compreendido que a periculosidade do acusado, evidenciada na reiteração delitiva, constitui motivação idônea para o decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública. Nesse sentido: HC n. 286854/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Felix Fischer – DJe. 1º-10-2014; RHC n. 48002/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 4/8/2014; RHC n. 44677/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 24/6/2014.

Assim, não se constata ilegalidade flagrante que justifique o deferimento da liminar, tornando-se necessária a apreciação aprofundada do *habeas corpus* por ocasião do exame de mérito, pela Turma, então garantindo a eficácia plena das decisões pelo Colegiado.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator